



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638604 - MG (2021/0001383-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : WILKER MORONI DE OLIVEIRA SOARES E OUTRO
ADVOGADOS : ROMULO DE SOUZA CARVALHAES - MG163979
GABRIELA MORAES BAPTISTA DE ALMEIDA - MG162393
WILKER MORONI DE OLIVEIRA SOARES - MG185609
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALEXANDRE MARCOS PEREIRA MONTEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ALEXANDRE MARCOS PEREIRA MONTEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.514548-5/000).

O paciente foi condenado a uma pena total de 18 anos de reclusão pela prática dos delitos de tráfico ilícito de drogas e associação para o mesmo fim.

Após a concessão do benefício de saídas temporárias, o condenado não retornou ao presídio no período indicado, acarretando a revogação das benesses e a expedição de ordem de captura, cumprida em 20/01/2020, quando se reapresentou à unidade prisional. Com isso, teve o reconhecimento de falta grave e a regressão de regime.

Sustenta que a audiência de justificação, sem a presença de um advogado, torna nula a decisão que reconheceu a falta grave, uma vez que não observa a Súmula n. 533 do STJ.

A defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

O impetrante requer a anulação da decisão que reconheceu a falta grave. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O juiz de primeiro grau baseou-se no art. 50, inciso II, da Lei de Execução Penal, que trata da hipótese de falta grave relacionada à fuga, cuja apuração não exige a

produção de prova em audiência judicial, além das produzidas no âmbito do PAD, no qual serão observados o contraditório e a ampla defesa (fl. 37):

[...]

O art. 50, II, da LEP, dispõe especificamente sobre a hipótese de falta grave relacionada à fuga, cuja apuração não demanda a produção de qualquer prova em audiência judicial, além das já produzidas no âmbito do PAD, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

É que o registro documental de eventual evasão é extraído do INFOPEN – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, sendo o quanto basta a comprovar o fato, além da própria justificativa do sentenciado a respeito do ocorrido.

De igual modo, não se vislumbra a necessidade de que essa justificativa seja colhida em ato processual denominado pela doutrina de “audiência de justificação”, segundo se extrai da literalidade do disposto no art. 118, § 2º, da LEP, porquanto como as provas, poderá ser perfeitamente colhida em sede administrativa, sob o manto dos princípios constitucionais mencionados.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente